



Fotos: Paulo Henrique Rede Deserto Verde-ES

Diversificação de cultivos no quintal peridoméstico.

Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola

Marcelo Calazans¹

Sapê do Norte: espaço e tempo

O acesso às 32 comunidades quilombolas do Sapê do Norte no estado do Espírito Santo, localizadas nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, é dos mais confusos.

Para quem se aproxima pela BR101, quase na fronteira com a Bahia, não há placas ou sinais de identificação dos quilombos. Na longa planície que se forma no litoral Norte

capixaba, em uma paisagem monótona e homogênea, onde o eucalipto predomina, poucas são as referências que indicam o caminho. Em termos de símbolos, apenas mensagens empresariais: a) interditos: “Proibido caçar”, “Não entre, área em manejo”; b) propaganda em outdoors: “Manejo florestal sustentável”, “Preserve a floresta”; e c) localizações dos talhões de plantio: “CB-113H”.

Nos 20 km de estrada de terra do acesso ao quilombo de Roda d'Água, por exemplo, no município de Conceição da Barra, não há jaqueiras, pedras, mangueiras, declives, murundus, curvas, pasto, café, casas, comércio, gente; nada que possa servir de referência espacial. Não há um aqui, ou ali ou lá, um

¹ Colaboraram na elaboração deste texto as colegas Vanessa Schottz e Maria Emília Pacheco, do Programa Nacional de Agroecologia e Segurança Alimentar da Fase, e os colegas Alacir de Nadae, Daniela Meireles e João Baptista, da Fase Espírito Santo.



Dona Benedita, quilombola da Comunidade de São Domingos – Conceição da Barra, apresenta ao grupo de visitantes como irá plantar entre as fileiras de eucalipto após seu corte.

“antes de” ou “depois de”. Para Roda d’Água, não há sentença discursiva que indique “Depois de x, vire à esquerda”. A monocultura do eucalipto, por meio do velho eixo cartesiano abscissa/ordenada, impõe o GPS como único discurso possível de localização: “18° 35’ 31” S, 39° 44’ 4” VV”.

Essa situação se estende por todo o Sapê do Norte, onde qualquer forma de aproximação e direcionamento evidencia que os discursos de localização e os caminhos perderam a territorialidade que lhes servia de referência. Já nas falas quilombolas, é muito comum ouvir: “ali onde era o córrego” ou “lá na antiga farinheira”, “aqui tinha uma roda d’água”. Registros de uma outra temporalidade resistem no discurso e nas referências espaciais das 1.200 famílias que ainda habitam menos de 10 mil hectares do Sapê e que um dia foram 250 a 300 mil, conforme estimativa dos técnicos do Incra.

A combinação do cultivo em larga escala com o manejo químico e genético de uma única espécie de árvore de rápido crescimento ordenou uma lógica espacial em

que a diversidade e a heterogeneidade deixaram de ter lugar. Ilhadas em meio a 100 mil hectares de eucalipto que compõem o chamado Deserto Verde, as comunidades quilombolas demarcam a presença histórica de uma outra territorialidade, posta para fora do tempo (ana-crônica) e do espaço (u-tópica) do agronegócio cartesiano. De fato, parte dos quilombolas do Sapê, principalmente os de Conceição da Barra, com 70% da área municipal coberta pela monocultura, vive dos resíduos da madeira, conquistada em conflitos constantes junto aos talhões de eucalipto. A atividade do *facho* (recolhimento dos resíduos) e do carvoejamento, como alternativa última de vida, demonstra a incorporação subordinada de inúmeros jovens e adultos (homens, em sua maioria) à lógica da expropriação mercantil empresarial.

Breve histórico da construção espacial

Nos últimos 40 anos, o destino histórico e ambiental do Sapê do Norte esteve diretamente atrelado à capacidade de produzir fibras homogêneas para o consumo de papel nos países do Norte, seguindo um padrão produtivo predatório e um modelo agrícola devastador.

Implantadas a partir dos anos 1970, sob a égide dos Atos Institucionais da ditadura militar, e desde então apoiadas por fartos créditos do BNDES, isenções fiscais e flexibilização das leis trabalhistas e ambientais, as grandes empresas do agronegócio do eucalipto (Aracruz/Fybria/Votorantim, Suzano, Plantar, Veracel, Stora Enso, Jakko Poyre) e os conglomerados internacionais a montante e a jusante da indústria do papel (Proctor and Gamble, Kimberly Klarc, Siemens, Banco Mundial, Banco Nórdico de Investimento, Banco Europeu de Investimento, etc.) foram responsáveis por uma violenta e abrupta transformação da paisagem.

A substituição da Mata Atlântica pelo eucalipto; o desenho e o corte de novas estradas para transporte de madeira e maquinário agrícola; o aterramento de lagos e nascentes; a semiaridização do clima com a queda dos índices pluviométricos; o desaparecimento de mais de 100 córregos e a contaminação de outros tantos por agroquímicos; a destruição de escolas, farinheiras, casas

e equipamentos comunitários; além das ameaças e despejos forçados, provocaram um êxodo rural sem precedentes. A Comissão Quilombola do Sapê do Norte estima que, das 12 mil famílias que habitavam o Sapê do Norte, apenas 1.200 resistiram. Nada menos que 90% migraram para as periferias urbanas da região norte do Espírito Santo e mesmo para a região metropolitana de Vitória.

No Sapê do Norte dos quilombolas, as referências espaciais só têm sentido pelo recorte temporal de *antes* e *depois* da monocultura do eucalipto. O vasto território que os abrigou e protegeu do sistema colonial e escravocrata do império, bem como da aristocracia agrária da velha e nova repúblicas, e principalmente o convívio com a Mata Atlântica garantiram o extrativismo e uma agricultura familiar e camponesa diversificada, com relevância para a mandioca e a produção de farinha, tradição regional desde o século XVIII. Toda a vida cotidiana nos quilombos era determinada por uma cosmovisão assentada em uma base natural e territorial. O trabalho agrícola se realizava em mutirões (*ajuntamentos*) no ancestral sistema de coivara, ocupando pequeno espaço agrário e permitindo rodízio de áreas e cultivos que, associados à pesca e à caça, garantiam a segurança alimentar das sucessivas gerações. As práticas tradicionais de saúde, muitas vezes sob a forma de ritos religiosos, se baseavam nas ervas medicinais, cipós e cascas de árvores para a produção de tinturas, bálsamos, chás, etc. Embora o acesso ao letramento fosse dos mais restritos, a educação das novas gerações se realizava no âmbito da família ampliada, de primos-irmãos, unidos por um forte elo de parentesco comunitário. A religião, a culinária, os folguedos, o trabalho agrícola, o extrativismo eram aprendidos e ensinados pela tradição prática e oral, a partir do exemplo (fazer) e das palavras (saber) das gerações mais velhas.

Mas no espaço de apenas duas ou três gerações, o Sapê do Norte sofreu um profundo e abrupto processo de des-territorialização, de destituição de seus signos ancestrais. A implantação dos maciços de eucalipto se realiza *pari passu* à desconstrução, ao reprocessamento e à reconstrução do espaço socioambiental, isolando e soterrando quase todas as referências econômicas, culturais, religiosas, sociais, enfim, territoriais dos quilombos. Quase todas, porque é nesse contexto que a agricultura quilombola sobrevive, na insistência de pequenos roçados, entre dois e dez hectares, no entorno imediato de seus quintais e comunidades.

Atualidade da resistência produtiva quilombola

Destinatária de uma tradição secular, sob claro protagonismo das mulheres, a maior parte das 1.200 famílias quilombolas do Sapê planta e cria diversificadamente. Seus membros pesquisam e conservam espécies de mandioca, milho, feijão,

melancia, abóbora, quiabo, maxixe, coco, manga, jaca, cajá, banana. Reelaboram práticas tradicionais e experimentam técnicas de manejo. Acessam canais de comercialização nas feiras locais e regionais e promovem contínuas trocas intercomunitárias de sementes e práticas agrícolas, tecendo uma rede informal, porém de extrema capilaridade social.

Essa resistência produtiva dos(as) quilombolas do Sapê desafia a demanda empresarial e consumista pela homogeneidade de fibras e impõe uma diversificação na paisagem. Em meio ao eucalipto, a agricultura quilombola encontra caminhos de sobrevivência e luta pela reconquista de seus recursos naturais e patrimônio genético. Busca reinscrever, no espaço cartesiano dos eucaliptos, seus signos e referências territoriais: mata, quintal, roça, farinheira. Sem tais registros e signos, o processo de autoidentificação não se realiza/atualiza, o que impossibilita outro modelo de ocupação, uso e significação territorial.

No quilombo de Angelim Santa Clara, em Conceição da Barra, uma área de sete hectares serve de experimento para o plantio e o manejo de mudas pioneiras de árvores da Mata Atlântica. No quilombo de São Cristóvão, campos de reprodução de mandiva² garantem a preservação de variedades regionais de aipim. Nos quilombos de Divino Espírito Santo, Roda d'Água e Angelim, por meio do trabalho em mutirão, três farinheiras tradicionais foram reerguidas. Em Linharinho a produção de farinha ganha escala, para além da capacidade instalada de produção de mandioca. A demanda de expansão desses experimentos sobre a terra de seus ancestrais pressiona o *status quo* empresarial e não se assenta apenas sobre o argumento do passado histórico, mas principalmente sobre as expectativas de futuro das novas gerações.

² Mandiva ou maniva são os termos usados no Sapê do Norte para o talo da planta da mandioca, usado no plantio e reprodução do cultivo.

O modelo agrícola dos plantios homogêneos interpreta a resistência produtiva quilombola como uma variável fora de seu sistema de controle espacial e requisita junto ao Estado uma absoluta segurança jurídica, ainda que somente seja possível mediante expulsão e criminalização. Por outro lado, a agricultura quilombola avança e interpreta o território a partir da identificação e da criação de referências de destino para sua longa tradição sobrevivente nas comunidades e exige do mesmo Estado a garantia de seus direitos, apenas reconhecidos na Carta Constitucional de 1988, um século depois da tardia e formal abolição.

A transição agroecológica e o horizonte de futuro

Um novo momento se configura no horizonte dessa disputa territorial. Fortalecido pelo argumento climático do sequestro de carbono nos plantios de eucalipto e com a expectativa de investimentos provenientes desse novo mercado, o setor empresarial avança nos experimentos com árvores geneticamente modificadas, de ciclo mais curto entre o plantio e o corte, bem como na expansão da área plantada de eucalipto via contratos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd).³ A meta do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas da era Carlos Minc, de 2010, é dobrar a área plantada de eucalipto, passando dos atuais 5,5 milhões para 11 milhões de hectares, no que condiz com o Plano Nacional de Floresta da era Marina Silva, de 2003. Dessa forma, transgênicos e mercado de carbono constituem duas novas ameaças para os quilombos do Sapê do Norte. Ao mesmo tempo, a crise hídrica impõe a necessidade de novas estratégias de adaptação ao clima semiárido.

Organizadas pela Comissão Quilombola do Sapê do Norte, as comunidades iniciaram a partir dos anos 2000 uma estratégia conjunta de enfrentamento dos plantios industriais, promovendo marchas e mobilizações contra as grandes empresas monocultoras: retomada do cemitério, corte de eucalipto nas proximidades das casas, acampamento de reconquista de terras devolutas, ocupações das sedes do Incra e da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (Seag-ES), bloqueio da BR-101. Formando novas lideranças políticas, os quilombolas articulam sua luta em um campo de alianças estadual e nacional, por meio da Comissão Quilombola Estadual e da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq), incluindo regionalmente outros movimentos e redes sociais, como a Rede Deserto Verde, a Via Campesina, o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Negro, ONGs, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fase, APTA, pastorais católicas e luteranas, sindicatos, pesquisadores, acadêmicos, etc.

Para tentar conter essa mobilização, as empresas lançam mão de um significativo aparelho de segurança privada dos plantios, que curiosamente gera tantos postos de trabalho quanto o próprio manejo do eucalipto. Verifica-se, portanto, que o sistema do agronegócio monocultor é estruturalmente inseguro, seja na perspectiva genética, já que somente os químicos garantem a estabilidade sistêmica, seja na perspectiva social, uma vez que somente a repressão garante a segurança patrimonial. À parte a ciência e a propaganda empresarial, sob qualquer outra perspectiva, os plantios de eucalipto em larga escala no Sapê do Norte são explicitamente insustentáveis.

Na esfera da resistência produtiva e da construção de alternativas, a agricultura quilombola vai se deparando com o enorme desafio de preparar a reconversão das terras reconquistadas e em disputa. Como recuperar o solo de uma área onde se plantou eucalipto por 40 anos? Como preservar as poucas nascentes e adensar a mata ciliar remanescente? Quais são as espécies cultivadas ou as árvores pioneiras na transição a serem introduzidas entre as fileiras de tocos de eucalipto? São questões inquietantes para a Agroecologia, em geral, e para as famílias agricultoras quilombolas, em particular.

A reconversão de uma área de eucalipto pós-corte, seja para Mata Atlântica ou para o plantio de alimentos, é um dos principais desafios técnicos a serem enfrentados. Porque não basta recuperar o domínio da terra para romper o círculo vicioso do eucalipto que, depois da extração por corte raso, rebrota com enorme vigor. A retomada das terras é condição essencial, porém, não garante em si a reconquista territorial, em seu sentido identitário e cultural. Algumas gerações serão necessárias para se restabelecer a territorialidade e o uso dessas terras. Nesse aspecto, a transmissão da memória das gerações pré-Aracruz para a juventude quilombola é de fundamental importância, pois guarda a experiência da floresta e de um território pleno de identidades e referências culturais, algo ignorado pelas gerações pós-eucalipto.

A Agroecologia adquire, portanto, importância estratégica nessa reconquista. O desenvolvimento dos experimentos agrícolas em curso nas comunidades, o fortalecimento das redes de

³ O MDL foi um dos instrumentos acordados no Protocolo de Kyoto (1997) de compensação das emissões do Norte por meio da fixação ou sequestro de carbono no Sul. Já o Redd é um instrumento pós-Kyoto, proposto a partir das negociações de Bali (2007) e tema central dos debates de Copenhague (2009), segundo o qual os países do Norte pagariam pelas florestas conservadas ou adensadas no Sul. Importante registrar que ambos os instrumentos, centrais na construção do mercado mundial de carbono, partem de uma definição de floresta *lato sensu*, isto é, incluindo também plantações de árvores em sistema de monocultura, como no caso do eucalipto, sob os títulos de manejo florestal sustentável, reflorestamento e adensamento florestal.

intercâmbio de sementes e as técnicas e práticas de manejo da rebrota do eucalipto são alguns dos processos no campo da prática e da teorização agroecológica. Assim, o debate territorial do Sapê do Norte traz questões essenciais para a transição agroecológica e tenciona, desde um local específico e singular, todo o modelo global Norte-Sul e sua espacialidade cartesiana. Para o chamado campo agroecológico, que reúne agricultores quilombolas e camponeses no âmbito regional, com a Articulação Capixaba de Agroecologia (ACA), e nacional, com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a reconstrução do território quilombola no Sapê do Norte pode contribuir para o desenvolvimento coletivo de um novo padrão produtivo, ancorado em uma nova base social e política.

Políticas públicas como campos estratégicos de disputa

Na construção da contra-hegemonia, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte vem articulando a resistência política à resistência produtiva, atuando em redes de influência sobre o Estado e suas políticas públicas. Para barrar o novo *boom* de expansão dos monocultivos de eucalipto, incide crítica e propositivamente sobre um conjunto de políticas e programas governamentais: regularização fundiária, crédito e extensão rural, políticas agrícolas e florestais, licenciamentos e zoneamentos, isenções fiscais, abastecimento, etc. Diante de um vasto e longo quadro de violações, os quilombolas se organizam para exigir a titulação de seu território e pressionam



Detalhe da área, futuro roçado de dona Benedita

pela efetivação de outros direitos: água sem agrotóxicos, alimentação, educação e saúde estão na pauta das mobilizações, no Grito Quilombola, no Festival do Beiju⁴, no 13 de Maio, no 8 de Março.

Entre as diferentes arenas políticas em que atuam os quilombolas do Sapê do Norte, o debate sobre alimentação tem se demonstrado um fértil espaço de disputa e merece uma análise mais detida, pois articula um campo contra-hegemônico desde o plano nacional até o regional, com destaque para os Conselhos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar (Consea).

Em 2009, depois de visita ao Sapê do Norte, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, reconheceu em seu relatório a grave situação de insegurança alimentar nas comunidades quilombolas, associando a violação do direito à alimentação adequada à falta de acesso ao território. O argumento é claro e tem respaldo legal. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário desde o Decreto Legislativo 143/2002, o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, bem como o artigo 2º do Decreto Presidencial 4.887/2003, deveriam garantir o acesso às terras quilombolas no Sapê do Norte. A tese defendida pelo documento da Missão Quilombola é que o quadro de insegurança alimentar no Sapê do Norte só pode ser enfrentado desde o debate territorial. As políticas governamentais que devem assegurar o alimento, por meio de cestas básicas, do Bolsa Família e da merenda escolar, são precárias e não atingem o conjunto das 1.200 famílias das 32 comunidades. Por enquanto, o carvão produzido a partir dos resíduos do eucalipto ainda é a maior fonte de renda e trabalho nas comunidades quilombolas, evidenciando o lado mais perverso desse modelo de desenvolvimento.

Pesquisando um grupo focal proveniente de 11 quilombos, o relatório do seminário “Agroecologia e segurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas do Sapê do Norte”, de 2008, aponta a monocultura do eucalipto como a principal causa de insegurança alimentar e nutricional dessas comunidades, na medida em que tem provocado um intenso processo de desestruturação dos seus modos de vida tradicional e sistema de produção agroextrativista que garantia alimentação diversificada para as famílias⁵.

A transição para um novo modelo agrícola, fundado na segurança e soberania alimentar, vai exigir políticas públicas territoriais estruturantes, que integrem o plano da

⁴ O Grito Quilombola ocorre em novembro, na Semana Nacional da Consciência Negra, com referência à morte de Zumbi dos Palmares. O Festival do Beiju faz parte de uma agenda regional e acontece uma vez ao ano, quando as diferentes comunidades se reúnem para a produção e comercialização do beiju, principal alimento quilombola no Sapê, produzido a partir de mandioca e coco, representante de uma cultura alimentar transmitida por gerações.

⁵ Trecho do relatório do seminário, que foi realizado na comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra (ES), entre os dias 23 e 24 de agosto de 2008.

produção nas comunidades com os mercados locais, notadamente com as chamadas compras públicas, nos âmbitos municipais e estadual. A alimentação escolar oferecida nas poucas escolas que ainda restam nas comunidades pode migrar dos biscoitos recheados para o beiju, a pamonha e o cuscuz, fortalecendo a produção comunitária e a cultura alimentar quilombola. A cesta básica pode ser uma alavanca para a transição produtiva e para a Agroecologia quilombola, por meio de programas como a Compra Antecipada, que adquire alimentos junto às próprias comunidades. O programa Bolsa Família, se universalizado para todas as comunidades e se adequado aos laços de parentesco ampliado, pode diminuir a subordinação familiar à renda oriunda do carvão. Enfim, as políticas de Estado, regulando os plantios empresariais e promovendo a redução das desigualdades sociais e raciais, são instrumentos centrais para o destino dos quilombolas do Sapê do Norte.

Em 6 de novembro de 2009, o Incra finalmente publicou no Diário Oficial da União o memorial descritivo de delimitação de 1.219 hectares do território das comunidades de Seraria e São Cristóvão, em São Mateus. Outros relatórios estão sendo concluídos, como São Jorge, Linharinho e Angelim. No território em reconquista, as comunidades vão (re)estabelecendo coletivamente seus pontos de referência e autoidentificação. Nos quintais e nas áreas comunitárias, nos pequenos recuos das empresas, nos caminhos entre as comunidades, a paisagem do eucalipto vem sendo gradualmente modificada, pontuada de plantios, faixas, símbolos. Signos de um território em reconstrução, sob a bênção de muitos orixás.

Marcelo Calazans

coordenador regional da Fase Espírito Santo,
membro da Rede Deserto Verde e da ACA.
marcelo.fase@terra.com.br